Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 29 de janeiro de 2021
Ano CVII ● Número 28.799
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

ESTAMOS SOB A DITADURA DO CAPITAL

'É Hora de Virar o Jogo' e modificar o modelo econômico. Maria Lucia Fattorelli, *página 2*

SENADORES QUEREM PRENDER FURA-FILAS

As penas sugeridas variam de três meses a seis anos, além de multa. Sérgio Braga, *página 4*

PESSOAL DE TURISMO ESQUECIDO

Vacinação prioritária deixa de fora trabalhadores de hotéis, guias e demais. Bayard Boiteux, *página 3*

Funcionários do BB param por 24 horas nesta 6ª feira

Em assembleia virtual na segunda-feira, os funcionários do Banco do Brasil decidiram, com 89,76% dos votos, fazer uma paralisação nesta sexta-feira. O movimento combate a reestruturação anunciada pela estatal, que inclui o fechamento de 112 agências e 5 mil demissões.

Para o coordenador nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), João Fukunaga, "essa é uma greve de dentro para fora, por conta, inclusive, da pandemia, da grande parte dos funcionários estarem em home office", explicou ao portal Vermelho.

Segundo Fukunaga, o desmonte do banco está sendo feito para ampliar os lucros aos acionistas. Na segunda-feira, a direção do banco anunciou sua distribuição de dividendos em 2021, em documento enviado ao mercado.

De acordo com o compromisso do Banco do Brasil, o percentual do lucro pago aos acionistas (*payout*) será de 40%. Sobre o resultado de 2020, o BB aprovou um *payout* de 35,29%.

Imóveis seguram queda do PIB dos Estados Unidos

Os dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, responsável pela divulgação do PIB norte-americano, mostram que o país teve recuo menor do que o esperado, de 3,5% em 2020. A previsão do FMI era de um recuo de 4,5%, estimativa compartilhada por grande parte do mercado financeiro.

Para Leonardo Trevisan, economista e professor de Relações Internacionais da ESPM SP, o setor imobiliário, beneficiado pela política de juros baixos do Fed (Banco Central americano), foi o grande responsável pela contenção na queda. "O setor de serviços – que inclui gastronomia, turismo e lazer – foi muito castigado pela pandemia e puxou o PIB para baixo. Porém, a construção de casas nos Estados Unidos foi a maior em 14 anos, evitando um tombo ainda maior", afirma.

Financeirização avançou no governo de Lula

Herança neoliberal e a política de conciliação

Fernando Frazão/ABr

Apesar de Luiz Inácio Lula da Silva ter revertido aspectos da política neoliberal que se instalou no Brasil na década de 1990, o poder dos agentes financeiros continuou se aprofundando. Isso teria contribuído para a crise política que levou à derrubada do PT quando, no segundo mandato de Dilma Rousseff, acabou o bom momento econômico que permitia conciliar os interesses do governo com os do setor financeiro.

Esta é uma das conclusões da tese de doutorado "Financeirização no Brasil nos anos Lula (2003-2010)", realizada por Ilan Lapyda, na Universidade de São Paulo (USP). Grosso modo, explica o autor, financeirização designa o aumento exponencial, na economia, dos ativos financeiros (ações da bolsa, títulos públicos ou privados, por exemplo) em relação aos ativos reais (como patrimônios materiais, imóveis, maquinário).

Segundo a tese, o processo de financeirização continuou avançando e se aprofundando no Brasil, tanto em razão de medidas implementadas pelo governo quanto por fatores externos. Os bancos continuaram dominantes e, apesar da melhora da situação de outros setores econômicos, pode-se dizer que a fração bancário-financeira da grande burguesia (incluindo o capital de aplicação financeira internacional) conservou sua hegemonia.

"Esse quadro revela, por um lado, as contradições dos governos Lula e, por outro, os condicionantes além do alcance de sua atuação", escreve Lapyda, doutor em sociologia, mestre em sociologia e bacharel em ciências sociais pela USP.

A tese relata que foram aprovadas 23 emendas constitucionais nos governos Lula, sendo a 40/2003 a mais diretamente ligada ao setor financeiro. Apresentada em 1997 pelo senador José Serra (PSDB-SP), a emenda realizou cortes drásticos no texto sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Basicamente, a emenda remeteu a regulamentação do SFN a "leis complementares nunca aprovadas – que inclusive versariam sobre a participação do capital estrangeiro", anota Lapyda.

"O próprio governo anunciou que foram removidas barreiras à autonomia operacional do Banco Central". Embora a independência nunca tenha sido formalmente aprovada, "outras medidas foram tomadas para que ocorresse na prática", tais como a atribuição de status de ministro ao presidente do BC.

"As consequências políticas dessa situação foram sentidas claramente mais tarde, quando o enfrentamento mais direto dos interesses financeiros por parte do governo e o fim do bom momento econômico – que permitia a conciliação de interesses contraditórios – contribuíram para a crise política que levou à derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República. Embora esses fatores não expliquem inteiramente essa crise, certamente contribuíram para ela, e o resultado foi a reestabilização da hegemonia financeira no país (após um relativo abalo de sua legitimidade com a crise internacional de 2008)."

Combustíveis subiram até 8 vezes acima da inflação

Um dos principais motivos da greve dos caminhoneiros programada para a próxima segunda-feira, a alta dos combustíveis iniciada no Governo Temer se acentuou com Bolsonaro. Levantamento feito pelo Dieese revela que entre julho de 2017 e janeiro de 2021, a Petrobras aumentou em 59,67% o preço da gasolina nas refinarias.

O diesel sofreu reajustes de 42,64% e o GLP (gás de cozinha) subiu 130,79%. O preço do barril do petróleo acumulou reajustes de 15,40% neste mesmo período, e a inflação medida pelo INPC (IBGE) ficou em 15,02%.

Os aumentos foram provocados pela adoção do Preço de Paridade de Importação, que varia conforme o valor do barril de petróleo no mercado internacional e as oscilações do dólar e dos custos de importação.

"Por conta dessa política, estamos sofrendo com aumentos descontrolados dos derivados de petróleo, o que inviabiliza setores estratégicos da economia, além de afetar massivamente a população", alerta o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar.

Segundo levantamento do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (Ineep), o preço do diesel no Brasil só não é maior do que o da Alemanha entre os grandes consumidores do combustível, como Áustria, Dinamarca, EUA, França e Reino Unido.

Bolsonaro leva Brasil ao último lugar no ranking de combate à pandemia

Nova Zelândia teve melhor resposta, seguida pelo Vietnã

Para avaliar o desempenho relativo dos países no combate à pandemia, o instituto australiano Lowy analisou 98 nações, rastreando seis medidas tomadas no período que abrange as 36 semanas que se seguiram ao centésimo caso confirmado de Covid-19 de cada país.

O resultado é devastador para o Governo Bolsonaro: o Brasil ficou em último lugar, com a pior resposta entre os quase 100 países. A nota média foi de 4,3.

Foram utilizados dados disponíveis até 9 de janeiro de 2021. Médias móveis de 14 dias de novos números diários foram calculadas para os seguintes indicadores: casos confirmados; mortes confirmadas; casos confirmados por milhão de pessoas; mortes confirmadas por milhão de pessoas; casos confirmados como proporção de testes; e testes por mil pessoas.

A mais bem-sucedida foi a Nova Zelândia, com nota 94,4, seguida pelo Vietnã, com 90,8. Nas últimas posições aparecem Estados Unidos (nota 17,3), Irã (15,9), Colômbia (7,7) e México (6,5). A China não entrou no levantamento, pois o Lowy alega não ter dados públicos suficientes.

Os países da Ásia-Pacífico, em média, foram os mais bem-sucedidos em conter a pandemia. A Europa foi muito afetada inicialmente, mas registrou a maior melhoria ao longo do tempo. A propagação da pandemia se acelerou em grande parte das Américas (Norte e Sul), tornando-o o continente mais afetado globalmente.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4448
Dólar Turismo	R$ 5,5970
Euro	R$ 6,6010
Iuan	R$ 0,8435
Ouro (gr)	R$ 318,00

ÍNDICES

IGP-M	2,58% (janeiro)
	0,96% (dezembro)
IPCA-E	
RJ (nov.)	0,89%
SP (set.)	1,32%
Selic	2%
Hot Money	0,56% a.m.

Estamos sob a ditadura do capital

Por Maria Lucia Fattorelli

No dia 17/1/2021, uma economista do banco privado Credit Suisse deu um ultimato ao Brasil: "O Brasil tem seis meses para realizar reformas e equilibrar as contas públicas. Caso isso não ocorra, o preço do dólar, os juros e a inflação vão subir e o país perderá a credibilidade perante os investidores." (…) "a prioridade do governo deve ser aprovar a PEC Emergencial, que cria vários mecanismos para reduzir salários de servidores e outras despesas em caso de crise fiscal, e a reforma administrativa."

Além da petulância da declaração, que caracteriza ofensa à nossa soberania, a ameaça contém um recado muito claro do que o mercado financeiro quer:

1 – que o Brasil mantenha a amarra do Teto de Gastos constante da Emenda Constitucional 95, que limitou todos os investimentos na estrutura do Estado e em serviços prestados à população, mas deixou fora do teto, sem limite ou controle algum, os gastos com a chamada dívida pública;

2 – que seja aprovada a "PEC Emergencial", apelido dado à Proposta de Emenda Constitucional 186, que cria gatilhos automáticos para cortar salários de servidores e outros gastos públicos, a fim de destinar tais recursos para o pagamento dos gastos com a dívida pública;

3 – que seja aprovada a PEC 32, chamada de "reforma administrativa", mas que na verdade corresponde à destruição completa da estrutura do Estado, abrindo a possibilidade de privatização generalizada de todos os serviços públicos, o que certamente representa grandes oportunidades de negócios para o mercado.

Na última terça-feira (26), obedientemente, o presidente da República e o ministro da Economia participaram de reunião organizada pelo mesmo banco privado Credit Suisse. Bolsonaro e Guedes bateram continência aos ditames do mercado e se comprometeram a obedecer ao teto de gastos e avançar com ditas reformas, anunciando ainda que o auxílio emergencial não será permanente e que as privatizações irão avançar mais ainda!

Em primeiro lugar, temos que questionar: quem é o banco privado Credit Suisse para falar em credibilidade com o país? O Credit Suisse foi um dos bancos "salvos" com dinheiro público por ocasião da crise financeira iniciada em 2007, cuja principal causa foi a crise bancária decorrente do abuso na utilização de derivativos sem lastro.

'É Hora de Virar o Jogo' e modificar o modelo econômico

Conforme auditoria governamental realizada no Banco Central norte-americano (Fed) pela Agência de Contabilidade Governamental dos Estados Unidos da América do Norte, o Credit Suisse recebeu US$ 262 bilhões de dinheiro público para não quebrar!

Em segundo lugar, todas as medidas que o mercado deseja vão na mesma linha: impedir investimentos públicos para que sobrem mais recursos para a chamada dívida pública, que nunca foi auditada e que está repleta de mecanismos ilegais e ilegítimos, a exemplo da remuneração da sobra de caixa dos bancos, que custou ao Tesouro Nacional R$ 3 trilhões em 10 anos.

Como sempre, o mercado ignora a condição do povo brasileiro, submetido a uma das condições mais desiguais e injustas do mundo! O absurdo está na atitude das autoridades do país, que se ajoelham aos ditames do mercado, aceitando sacrificar mais ainda a população brasileira com o desmonte do Estado e dos serviços públicos previstos nas propostas PEC 32 e 186, como analisamos em artigo recente, disponível no site da Auditoria Cidadã (auditoriacidada.org.br).

Não resta dúvida alguma de que vivemos sob a ditadura do capital em nosso país. Por isso "É Hora de Virar o Jogo" e modificar o modelo econômico que atua no país, a começar pela interrupção imediata da remuneração ilegal da sobra de caixa dos bancos, para que os juros de mercado caiam e a poupança da sociedade, de cerca de R$ 1,5 trilhão atualmente, circule na economia, gerando emprego e renda.

Para tanto, o Congresso Nacional precisa rejeitar os infames projetos PL 3.877/2020, PL 9.248/2017, PLP 19/2019 e PLP 112/2019, conforme Interpelação Extrajudicial entregue, via Cartório de Títulos e Documentos, a todos os líderes na Câmara dos Deputados.

No âmbito da campanha "É Hora de Virar o Jogo", já foi enviada Carta Aberta ao ministro Guedes questionando o que está por trás das insanas privatizações que ocorrem no Brasil.

Outra iniciativa da campanha terá lugar na próxima segunda-feira (1º), na abertura dos trabalhos do Congresso em 2021, quando será entregue Carta Aberta às autoridades dos poderes Legislativo e Executivo, contendo 25 questionamentos sobre a PEC 32, tendo em vista a ausência publicidade de dados essenciais; apresentação de dados distorcidos e argumentos errados, baseados em estudos encomendados ao Banco Mundial. Tudo isso mostra a vergonha que as destrutivas propostas (PEC 32 e 186) significam ao país, destruindo a estrutura do Estado sem justificativa técnica, legal, política ou ética que se sustente!

Esperamos que o Congresso Nacional rejeite completamente a PEC 32, a PEC 186 e o PL 3.877/2020, e diga não à ditadura do capital.

Maria Lucia Fattorelli é coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e membro titular da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB.

Fausto Silva deixa a TV Globo

Por Paulo Alonso

Depois de três décadas, o apresentador do *Domingão do Faustão*, Fausto Silva, deixará, no final deste ano, a telinha da TV Globo. Seu contrato, que estava em fase de renegociação, não será renovado, uma vez que Faustão preferiu, talvez até por não concordar com os termos que estavam sendo discutidos, encerrar seu trabalho à frente do dominical. Sua decisão, todavia, pegou a todos os integrantes da sua equipe de surpresa. Porém, até o final deste ano, ele continuará na telinha, fazendo piadas e levando entretenimento ao brasileiro, ainda que, vez por outra, com brincadeiras consideradas grosseiras e mesmo impertinentes e comentários irreverentes e repetitivos.

Sem dúvida alguma, Fausto Silva é um dos maiores comunicadores da televisão brasileira e construiu uma biografia respeitável nesse veículo de comunicação, que seduz as massas. Ao anunciar sua saída da emissora dos Marinho, ele declarou sua gratidão à Globo, emissora na qual muito aprendeu, e enfatizou a parceria celebrada durante todo esse tempo, "de respeito e de sucesso". Segundo ele, "a empresa é quase perfeita".

Como a programação precisa continuar e como substituições precisam igualmente ser consideradas, o nome de Ivete Sangalo, que já esteve na emissora como apresentadora, voltou a circular no Projac. Todavia, outros nomes, como de Eliana e Rodrigo Faro, parecem estar no radar da emissora, mas são somente ilações. Nesse resto de ano, e por causa da pandemia, a Globo vai reapresentar as melhores temporadas do programa de Fausto Silva, com edições semanais do "Dança dos Famosos" e do "Show dos Famosos", dois dos mais apreciados quadros do seu programa.

Maior salário da TV Globo, recebendo R$ 5 milhões de reais, Fausto Silva não vai pendurar o boné e nem muito menos se aposentar. Está cheio de planos, mas prefere não divulgá-los, até ter convicção sobre qual rumo dará à sua vida profissional. Uma coisa é certa: não irá residir fora do Brasil.

Ainda adolescente, Fausto, aos 14 anos, iniciou sua carreira como repórter da Rádio Centenário, em Araras, cidade do interior de São Paulo. Em seguida, decidiu mudar para Campinas e lá atuou, por alguns anos, na Rádio Cultura, onde comandou, com sucesso, o musical New Pop Internacional. Já na década de 70, migrou para a Rádio Record, em São Paulo, e foi apresentar o jornal da noite, do qual também era redator.

Foi lá que Fausto se iniciou no esporte, atuando como repórter de campo na Jovem Pan. Além do rádio, Fausto também se dedicou ao jornalismo, tendo sido contratado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, como repórter esportivo. Foi nessa função que, em 1977, foi levado para a Rádio Globo, convidado pelo amigo Osmar Santos.

Por obra de Francisco Paes de Barros, então diretor da Rádio Globo, e do chefe da equipe de esportes, Edison Scatamachia, um horário foi conseguido na Rádio Excelsior para que Osmar Santos extravasasse esse entusiasmo com o programa *Balancê*, que recebia artistas de teatro e televisão, políticos. Fausto participava do programa como repórter ou assumindo a apresentação. Em 1983, Fausto se torna o primeiro apresentador do *Balancê*, acentuando o lado cômico com seu jeito escrachado. Em outubro desse mesmo ano, o *Balancê* passa a ser transmitido com auditório, da lendária Palhaçaria Pimpão, no bairro de Santa Cecília, na capital paulistana.

Em janeiro de 1984, Goulart de Andrade visitou o *Balancê*. Impressionado, propôs a Fausto e toda a equipe a passagem do programa para a TV. Em março desse ano, foi ao ar, pela TV Gazeta, o programa *Perdidos na Noite*, em horário comprado por Goulart de Andrade. Em setembro, o programa passou para a Rede Record. Em 1986, o *Perdidos na Noite* passou a ser transmitido pela TV Bandeirantes para todo o Brasil, sendo que antes era só transmitido para São Paulo. Na mesma emissora, Fausto chegou a apresentar o programa *Safenados e Safadinhos*.

Dono de um sucesso absoluto, Fausto foi convidado a migrar para a TV Globo, em março de 1989, estreando na emissora o programa de auditório *Domingão do Faustão*.

Fausto Silva nasceu no interior de São Paulo, filho de Maury Correia da Silva e Cordélia Morais. Casou-se pela primeira vez com Lucia Helena, com quem permaneceu por dez anos. Em seguida, Fausto foi casado por dez anos com a ex-modelo e artista plástica Magda Colares, com quem teve uma filha, Lara. Atualmente, é casado com Luciana Cardoso, ex-modelo e jornalista, que é 27 anos mais nova que Fausto, e com ela, tem mais dois filhos: João Guilherme e Rodrigo.

Faustão possui o famoso bordão "ô loco, meu", também conhecido como "ô loco, bicho". O apresentador também possui o bordão "reclames do plin-plin", usado para referir-se aos intervalos comerciais. "Esta fera aí, meu", esse usado para elogiar alguém ou alguma atração de seu programa; além do "quem sabe faz ao vivo!". Há também o "agradecendo sua audiência, sua paciência", usado sempre antes do encerramento programa.

Desde o começo da década de 2010 o apresentador vem tendo seus bordões e trechos de seus programas para memes na internet. Os mais conhecidos seriam o "Errou!" que o apresentador disse em um programa de 2011, onde uma participante da gincana respondeu uma pergunta de maneira errada e por duas vezes Fausto repetiu o bordão.

E enquanto não se decide como serão as tardes de domingo, a partir do ano que vem na Globo, fiquemos assistindo aos melhores momentos do *Domingão do Faustão*. Luciano Huck, que desponta vez por outra como candidato ao Planalto, terá de pensar muito agora. Ou ele se impõe como alguém que poderá ocupar o lugar de Fausto, ou ele necessariamente terá de deixar a emissora para poder se candidatar à Presidência da República.

Uma coisa é certa, muita coisa ainda por acontecer nos próximos meses...

Aguardemos, pois, as cenas dos próximos capítulos!

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux

Pessoal de turismo esquecido na vacinação prioritária

Com um plano capenga de vacinação nacional, foram esquecidos os guias de turismo, colaboradores de meios de hospedagem, agências de viagens e empresas organizadoras de eventos, assim como funcionários de atrativos turísticos que tem contato com pessoas do mundo inteiro. Devem ser vacinados prioritariamente. Fica o alerta, que já foi dado pelo presidente nacional da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, Manoel Linhares.

Não esquece o resto da cidade

O programa da Prefeitura do Rio para revitalizar o Centro da cidade veio em ótima hora. Medidas importantes estão sendo colocadas em prática. No entanto, bairros com o Catete, Tijuca, Copacabana, Ipanema, Laranjeiras estão com problemas de população de rua, limpeza e parques sem a devida atenção.

Vale do Café no Spotify

Numa parceria do Instituto Preservale, da Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ e do Vale do Café Convention & Visitors Bureau, a região fluminense das fazendas históricas, da natureza abençoada e da gastronomia de primeira linha ganhou uma série de podcasts que convidam a conhecer a região, com características muito singulares, no Spotify.

Nova curta-metragem

Regina Miranda acaba de lançar seu quarto curta-metragem. *Reclusa*, filmado em Paris, de forma remota, tem Angela Loureiro, como intérprete. O filme busca investigar os estados sensíveis, que afloram durante o período de um lockdown.

Carnaval carioca na França

Moulins deverá sediar em maio uma exposição sobre o Carnaval, no Centre National du Costume de Scène, produzida pela Incentivo Brasil, de Alexis de Vaux. Seria muito oportuno que convidasse o belga Alain Taillard, nosso maior promotor do carnaval na Europa, com exposições marcantes e fantasias lindíssimas, para integrar o evento.

Laje de Pedra vendido

O novo proprietário do Complexo Hoteleiro Laje de Pedra, em Canela, na Serra Gaucha promete um investimento de R$ 500 milhões na expansão e modernização. LPD Canela Empreendimentos e Participações S/A pretende fazer do hotel o mais sofisticado e luxuoso do país. Apostam num 6 estrelas.

Novo livro

O embaixador Raul de Taunay acaba de lançar um novo livro *O Sol do Congo*. A obra foi escrita em Brazaville, entre 2016 e 2020, quando ali representou nosso país, como sempre, de forma exemplar. Seus versos ganham cores de um universo africano, cheio de rimas.

Déficit primário foi menos ruim que o previsto

No ano passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou um déficit primário de R$ 743,087 bilhões. O resultado negativo foi o maior da série histórica iniciada em 1997, decorrente da queda de receitas e dos gastos extras provocados pelo combate à Covid-19. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Mas o governo está ressaltando o fato de que o resultado poderia ser ainda pior. No fim de dezembro, a Secretaria Especial de Fazenda havia divulgado que a projeção de déficit primário para 2020 estava em R$ 831,8 bilhões. Apenas em dezembro, o Governo Central teve déficit de R$ 44,11 bilhões. O valor foi melhor que o projetado pelas instituições financeiras, que estimavam déficit de R$ 59,5 bilhões no mês passado, de acordo com a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia.

Acontece que parte da diferença entre as previsões e os resultados está no adiamento de gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia do coronavírus, autorizados em 2020, mas que ficaram para 2021. Os gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus com impacto no resultado primário totalizaram R$ 520,9 bilhões, de um total de R$ 599,7 bilhões autorizados até o fim de dezembro.

Receitas e despesas

O resultado de 2020 também contou com ajuda da arrecadação. No ano passado, as receitas líquidas caíram 34,5% em relação a 2019, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Apesar da queda, elas somaram R$ 1,204 trilhão no ano passado, com diferença de R$ 12,3 bilhões em relação ao estimado pela equipe econômica.

As despesas do Governo Central somaram R$ 1,947 trilhão em 2020, com alta de 31,1% acima do IPCA. Apesar da elevação, relacionada principalmente aos gastos extras com a covid-19, o valor foi R$ 76 bilhões inferior ao programado, em parte por causa do adiamento de gastos para 2021, que serão executados no início deste ano como restos a pagar.

A maior parte do crescimento dos gastos deveu-se aos créditos extraordinários autorizados pelo orçamento de guerra, que somaram cerca de R$ 440 bilhões no ano passado, e pelas ações de ajuda a estados e municípios, que totalizaram R$ 81,2 bilhões.

Os benefícios da Previdência Social somaram R$ 686,73 bilhões, com alta de 2,8% acima da inflação. Os gastos com o funcionalismo público, no entanto, tiveram queda, somando R$ 331,81 bilhões, com recuo de 0,6% descontada a inflação pelo IPCA.

Custeio

A pandemia também provocou aumento nos gastos com custeio e com investimento. As despesas de custeio (manutenção da máquina pública) somaram R$ 735,55 bilhões em 2020, com alta de 118,4% acima da inflação em relação ao ano anterior. Os investimentos somaram R$ 107,94 bilhões, aumento de 80,2% acima do IPCA pela mesma comparação.

Descontando o efeito da pandemia, no entanto, as despesas discricionárias (não obrigatórias) atingiram R$ 108,2 bilhões (em termos nominais) em 2020, no menor valor desde o início da série histórica em 2008. Embora não sejam obrigatórios, esses gastos estão relacionados à prestação de serviços públicos, ao englobarem gastos com eletricidade, água, combustível, material de escritório, telefone e internet, entre outras despesas, dos órgãos públicos.

Serasa terá de explicar vazamento de 220 mi de dados

O Procon-SP notificou a Serasa Experian pedindo explicações sobre o vazamento dos dados pessoais de 220 milhões de brasileiros de sua base. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC) preveem sanções para esse tipo de ocorrência.

Conforme divulgado, dados como nome, CPF, fotografia, salário, renda, nível de escolaridade, estado civil, score de crédito, endereço, entre outros estão sendo divulgados e comercializados na internet.

Além de solicitar a confirmação do incidente, o Procon-SP pede que a instituição informe os motivos que causaram o problema e quais providências tomou para contê-lo. A Serasa também deverá informar o que fará para reparar os danos decorrentes do vazamento desses dados e evitar que a falha volte a acontecer.

"Iremos aguardar a resposta da empresa para analisar e avaliar as penalidades compatíveis", avisa o diretor executivo do Procon-SP, Fernando Capez. "As penas previstas na LGPD, que podem chegar até 50 milhões, poderão ser aplicadas a partir de agosto, mas o Procon-SP pode multar de acordo com o CDC", complementa.

O Procon-SP também quer saber qual a finalidade e a base legal para o tratamento de dados pessoais pela Serasa Experian; qual a política de descarte desses dados; por quanto tempo e por qual motivo ficam armazenados. A empresa tem três dias para responder.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor em 18/9/2020 para disciplinar as regras sobre o tratamento e armazenamento de dados pessoais, restabelecer ao titular desses dados o controle de suas informações e proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade. As sanções previstas na lei poderão ser aplicadas a partir de agosto.

Bolsonaro leva Brasil ao último lugar no combate à Covid

Para avaliar o desempenho relativo dos países no combate à pandemia, o instituto australiano Lowy analisou 98 nações, rastreando seis medidas tomadas no período que abrange as 36 semanas que se seguiram ao centésimo caso confirmado de Covid-19 de cada país. O resultado é devastador para o Governo Bolsonaro: o Brasil ficou em último lugar, com a pior resposta entre os quase 100 países. A nota média foi de 4,3.

Foram utilizados dados disponíveis até 9 de janeiro de 2021. Médias móveis de 14 dias de novos números diários foram calculadas para os seguintes indicadores: casos confirmados; mortes confirmadas; casos confirmados por milhão de pessoas; mortes confirmadas por milhão de pessoas; casos confirmados como proporção de testes; e testes por mil pessoas.

A mais bem-sucedida foi a Nova Zelândia, com nota 94,4, seguida pelo Vietnã, com 90,8. Nas últimas posições aparecem Estados Unidos (nota 17,3), Irã (15,9), Colômbia (7,7) e México (6,5). A China não entrou no levantamento, pois o Lowy alega não ter dados públicos suficientes.

Os países da Ásia-Pacífico, em média, foram os mais bem-sucedidos em conter a pandemia. A Europa foi muito afetada inicialmente, mas registrou a maior melhoria ao longo do tempo. A propagação da pandemia se acelerou em grande parte das Américas (Norte e Sul), tornando-o o continente mais afetado globalmente.

SANTO ALDO PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ nº. 26.993.340/0001-54 - NIRE nº. 35.2.3039225-2

Ata de Reunião de Sócios. 1. Data, hora e local: Ao 30º dia do mês dezembro de 2020 às 10:00 horas, na Rodovia Washington Luiz (SP 310) Km 307, no município de Matão, Cidade e Estado de São Paulo. 2. Convocação: Foram dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença de todos os sócios. 3. Presença: Presentes os sócios Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga, Lucia Nabuco de Almeida Braga Rebello, Sylvia Nabuco de Almeida Braga, Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga, Pedro Luiz Bodin de Moraes, (todos representados por seus procuradores Antonio Carlos Dantas Mattos e Luciano Soares) Marcelo Pereira Lopes Medeiros e Marcelo Pinto Duarte Barbará. 4. Mesa: Presidente: Antonio Carlos Dantas Mattos. Secretário: José de Mello da Cunha Alvarenga Neto. 5. Documentos Lidos na Reunião: 5.1. "Protocolo de Cisão Parcial com Incorporação" de 30/12/2020, identificado como Documento Anexo I; arquivado na sede da Sociedade. 5.2. "Laudo de Avaliação" de 30/12/2020, identificado como Documento Anexo II; arquivado na sede da Sociedade. 5.3. "Instrumento particular de alteração e consolidação do contrato social da Santo Aldo Participações Ltda." de 30/12/2020, identificado como Documento Anexo III; arquivado na sede da Sociedade. 5.4. "Instrumento particular de constituição da sociedade empresária limitada denominada Santo Aldo II Participações Ltda." de 30/ 12/2020, identificado como Documento Anexo IV; arquivado na sede dessa sociedade. 6. Deliberações tomadas por unanimidade: 6.1. Aprovar o Protocolo de Cisão Parcial assinado entre seus sócios (Documento Anexo I), no sentido de efetivar-se a cisão parcial da Sociedade; 6.2. Com a cisão, aprovar a redução do capital social da Sociedade em R$ 48.338.020,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil e vinte reais), que corresponde à parcela de patrimônio líquido cindida, com a retirada dos sócios Marcelo Pereira Lopes Medeiros e Marcelo Pinto Duarte Barbará da Sociedade. A redução será efetuada mediante o cancelamento de 48.338.020 (quarenta e oito milhões, trezentas e trinta e oito mil e vinte) quotas, nos termos da Cláusula 1 do Contrato Social, o qual determina que a Sociedade é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições inseridas no capítulo próprio das sociedades limitadas na Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), sendo ainda regida, subsidiariamente, e no que couber, pelas disposições da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Assim, após a cisão, o capital social da Sociedade passará a ser de R$ 51.558.330,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta reais), sendo representado por 51.558.330 (cinquenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil, trezentas e trinta) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. Em razão da alteração de capital ora formalizado, o "caput" da Cláusula 4 do Contrato Social terá a seguinte redação: "Cláusula 4. O capital social é de R$ 51.558.330,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta reais), dividido em 51.558.330 (cinquenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil, trezentas e trinta) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e em bens, distribuídas entre os sócios na seguinte proporção: Sócios - Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga - Nº de Quotas - 8.055.681 - Valor Total (R$) - 8.055.681,00; Sócios - Lucia Nabuco de Almeida Braga Rebello - Nº de Quotas - 8.055.681 - Valor Total (R$) - 8.055.681,00; Sócios - Sylvia Nabuco de Almeida Braga - Nº de Quotas - 8.055.681 - Valor Total (R$) - 8.055.681,00; Sócios - Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga - Nº de Quotas - 8.055.681 - Valor Total (R$) - 8.055.681,00; Sócios - Pedro Luiz Bodin de Moraes - Nº de Quotas - 19.335.606 - Valor Total (R$) - 19.335.606,00; Total: Nº de Quotas - 51.558.330 - Valor Total (R$) - 51.558.330,00. 6.3. Aprovar a constituição de uma sociedade limitada sob a denominação de Santo Aldo Ii Participações Ltda., com as seguintes características: a. Objeto social: participação no capital de outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia acionista ou quotista, tanto no Brasil como no exterior; b. Sócios: Marcelo Pereira Lopes Medeiros e Marcelo Pinto Duarte Barbará; c. Capital social e quotas: o capital social é de R$ 48.338.020,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil e vinte reais), dividido em 48.338.020,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil e vinte) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios da Santo Aldo II Participações Ltda., na seguinte proporção: Sócios - Marcelo Pereira Lopes de Medeiros - Nº de Quotas - 24.169.010 - Valor Total (R$) 24.169.010,00; Sócios - Marcelo Pinto Duarte Barbará - Nº de Quotas - 24.169.010 - Valor Total (R$) 24.169.010,00; Total - Nº de Quotas - 48.338.020 - Valor Total (R$) 48.338.020,00. O capital social de R$ 48.338.020,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil e vinte reais) foi integralizado mediante o conferimento da parcela de patrimônio líquido da SANTO ALDO II descrita no Anexo IV ao Protocolo de Cisão Parcial; 6.4. Aprovar o Contrato Social da Santo Aldo II Participações Ltda., nos termos do modelo constante do Anexo IV ao Protocolo de Cisão Parcial; 6.5. Declarar constituída a Santo Aldo II Participações Ltda., com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri 255, 7º andar, Jardim Europa, tendo sido eleitos para sua primeira diretoria: Marcelo Pereira Lopes Medeiros, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG 5.347.941-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME 022.725.508-94; Marcelo Pinto Duarte Barbará, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG 32.269.557-0 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME 766.236.707-00, e Frederico Paulo Albarran, português, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V096984-7 e inscrito no CPF/ME sob o nº 714.357.351-53, todos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Amauri, 255, 7º andar (parte), Jardim Europa, CEP 01448-000. 6.6. Declarar efetivada a cisão parcial da Sociedade, estando a administração autorizada a tomar as providências à concretização da mesma, respeitadas as diretrizes estabelecidas no Protocolo de Cisão Parcial. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2020. Antonio Carlos Dantas Mattos - Presidente. José de Mello da Cunha Alvarenga Neto - Secretário. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros; Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga; Sylvia Nabuco de Almeida Braga; Marcelo Pinto Duarte Barbará; Lucia Nabuco de Almeida Braga Rebello; Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga; Pedro Luiz Bodin de Moraes.

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444

DECISÕES ECONÔMICAS

Sergio Braga
sergiocpb@gmail.com

Senadores querem prisão para os fura-filas

Enquanto as autoridades municipais fecham os olhos para os que estão furando a fila na vacinação contra a Covid-19, o Senado não quer deixar passar. Já tramitam na Casa três projetos de lei determinando a prisão de quem furar a fila para tomar a vacina. As penas sugeridas variam de três meses a seis anos, além de multa. Os projetos têm pedido de urgência e devem entrar na pauta do Senado já na próxima semana, com o fim do recesso parlamentar.

Alerj pode definir punição

Divulgação/Alerj

Anderson Moraes

Na Alerj, que retoma as sessões de discussão e votação na próxima terça-feira, vários parlamentares finalizam projetos de lei com propostas de punições para quem for flagrado furando a fila de vacinação. Entre as possíveis propostas estão a perda do cargo no caso de secretários e gestores municipais, exoneração de servidores e proibição de participação em concursos públicos.

Prioridade para a Baixada

O deputado Anderson Moraes (PSL) está solicitando ao governador em exercício Cláudio Castro prioridade para a Baixada Fluminense na vacinação contra a Covid-19. Ele alega que a região é a que registra o maior número de casos no estado e conta com poucas unidades de saúde em funcionamento. O deputado teme que a Baixada repita o que vem acontecendo em Manaus, com muitos infectados e poucos leitos disponíveis.

Divulgação

Carlos Caiado e Tânia Bastos e André Ceciliano

Alerj está de malas prontas

A Alerj está pronta para se transferir para o antigo prédio do Banerj, na rua da Ajuda, no Centro do Rio, que foi todo reformado para abrigar em um só local todos os seus setores, gabinetes e o plenário. Alguns departamentos já encaixotaram tudo e devem se mudar nos próximos dias. O Palácio Tiradentes, onde hoje acontecem as sessões, será um Centro Cultural e o prédio anexo, onde estão os gabinetes, será o Hospital dos Olhos do Estado do Rio.

Vereadores ocuparão lugar

Assim que os deputados desocuparem os gabinetes, se transferindo para o novo endereço, o Palácio Tiradentes e seu anexo serão cedidos temporariamente à Câmara Municipal do Rio que, por sua vez, vai reformar o Palácio Pedro Ernesto e os gabinetes dos vereadores. Esta semana, os presidentes das duas Casas legislativas, o deputado André Ceciliano (PT) e o vereador Carlos Caiado (DEM), se encontraram para traçar os detalhes da transferência provisória. A vice-presidente da Câmara, vereadora Tânia Bastos (PRB), participou do encontro.

Pandemia faz ritmo de lançamento de produtos cair 9,4% em 2020

A indústria de transformação, aquela que produz os bens de consumo mais comuns, não conseguiu fechar o ano com desempenho positivo no lançamento de produtos. O Índice de Atividade Industrial, calculado mensalmente pela Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil, demonstra que o recuo nos últimos 12 meses foi de 9,4% devido à crise econômica provocada pela pandemia.

O segundo trimestre de 2020 foi o de pior desempenho na intenção da indústria em lançar produtos, já que o impacto do distanciamento social foi mais intenso nessa época. Foi quando o índice acumulou queda de 31,5%. O índice que apresentou sua menor marca mensal histórica em junho deste ano, com -22,4%. Já entre os meses de setembro e dezembro, houve uma inversão da tendência de queda no indicador, fazendo que o resultado anual fosse de -9,4%.

Após o terceiro trimestre, algumas regiões atingiram níveis positivos, mas não o bastante para suprir as quedas apresentadas no início do ano. A região que fechou 2020 mais próxima de uma recuperação foi a Sul, com um resultado de queda 7,3% na comparação com o ano anterior. Depois temos as regiões Sudeste, -9,1%; Norte, -14,1%; Nordeste, -15,2%; e Centro-Oeste com queda de 18,5%.

Da mesma forma que nas regiões, os dois primeiros trimestres do ano foram negativos para os cinco setores destacados pelo índice: bebidas, vestuário, têxtil, alimentos e produtos diversos. Após o terceiro trimestre, todos tiveram resultados positivos na comparação com o mesmo período de 2019. Porém, no acumulado do ano de 2020, o único setor que apresentou resultado positivo foi o de bebidas, que conseguiu recuperar as perdas e fechou o ano 0,7% acima do resultado de 2019. Na sequência, os outros setores fecharam no vermelho, como vestuário, -1%; têxtil, -3,8%; alimentos, -12,1%; e produtos diversos (artigos de joalheria, brinquedos, instrumentos musicais entre outros), com -14,2% na comparação com o ano anterior.

Ka foi o mais desvalorizado entre os mais vendidos em 2020

Levantamento da Kelley Blue Book Brasil, empresa especializada em pesquisa de preços de veículos novos e usados, sobre quanto desvalorizaram os dez carros mais vendidos em 2020, seguindo o ranking da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Entre os modelos listados, o que mais desvalorizou no período foi o Ford Ka, com -13,51% de decréscimo.

Para elaborar essa lista, a KBB calculou uma média aritmética por modelo, considerando apenas as versões com ano modelo 2020, entre janeiro e dezembro do ano passado: comparou-se o preço 0 km de janeiro de 2020 com o preço de revendedor de dezembro de 2020, que é a referência para saber por quanto os lojistas estão revendendo os carros em suas lojas.

Por este método, o Chevrolet Onix aparece como único veículo desta lista que obteve uma valorização entre seu preço 0 km de janeiro e seu respectivo valor de usado em dezembro. As razões para tanto têm a ver com o contexto atípico de aumento de preços de carros 0 km em 2020, o que acabou provocando o "efeito elástico" nos valores praticados no mercado de usados, valorizando alguns modelos ao longo do ano passado (entre outros fatores particulares do período).

O anúncio da Ford sobre o encerramento da produção de veículos da montadora no Brasil gerou turbulências em diversos setores da economia. Uma das primeiras a se pronunciar, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o caso é um sinal de alerta para o governo do país e o Congresso Nacional, afirmando serem necessárias medidas para a redução do chamado "Custo Brasil", dentre elas a reforma tributária. Especialistas concordam que o sistema tributário brasileiro impacta negativamente o ambiente de negócios, resultando na falta de investimentos por parte de muitas empresas estrangeiras. Para a CNI, a reforma tributária se apresenta como uma pauta prioritária para a redução do principal entrave à competitividade do setor industrial brasileiro. Segundo nota divulgada pela instituição, o ambiente de negócios de um país é peça-chave no momento de decisão sobre onde uma companhia deve permanecer e onde fechar.

Na análise da advogada tributarista Rafaela Calçada da Cruz, sócia do Pereira do Vale Advogados, o atual sistema tributário brasileiro é burocrático, complexo e custoso. "É burocrático, uma vez que se exige o cumprimento de inúmeras obrigações tributárias principais (tributos) e acessórias (emissões de documentos fiscais e escrituração fiscal). É complexo porque são múltiplas as legislações, dado que emanam da União, 27 estados e mais 5 mil municípios, sendo cada uma com regras próprias, que, em sua maioria, não são claras, facilitando o cometimento de equívocos pelos contribuintes", afirma a especialista.

Para Rafaela, muitas empresas estrangeiras deixam de investir no Brasil ou encerram as atividades no Brasil em razão do sistema tributário brasileiro.

Mesmo considerando que o encerramento das atividades da Ford no Brasil não pode ser atribuído apenas às questões tributárias, mas ao ambiente econômico como um todo, principalmente em razão da pandemia, Rafaela Calçada da Cruz acredita que o caso da montadora revela uma realidade que pode ser melhorada com a reforma tributária, que deve ter como mote principal a simplificação do sistema e menor custo, a transparência, a equidade nos tratamentos tributários diferenciais e desonerações, a redução da carga tributária e a segurança jurídica e a redução do contencioso.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO com prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO** em que **BANCO NACIONAL S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL** move em face de **JOSÉ LUIZ MESQUITA DA SILVA E ANTONIO SOUZA FIDALGO**, na forma do **Processo nº** 0007332-27.2007.8.19.0209. Ao Dr. Mario Cunha Olinto Filho, Juiz Titular de Direito na 2ª Vara Cível da Regional da Barra da Tijuca, FAZ SABER, por este Edital com prazo de 05 dias, aos interessados e aos devedores JOSE LUIZ MESQUITA DA SILVA E ANTONIO SOUZA FIDALGO, que no **dia 05 de fevereiro de 2021, com início as 13:10 horas e com termino as 14:00horas** leilão que será realizado da forma eletrônica no site: www.schulmannleiloes.com.br, será levado a Público Leilão, por valor igual ou acima da avaliação, pelo Leiloeiro Público LEONARDO SCHULMANN, e ou sua Preposta GLACE DI NAPOLI com escritório na Travessa do Paço, nº 23 – sala 812, Centro, Cep.: 20010-170, o bem penhorado e avaliado em fls.109, 110 e 174, sobre o imóvel a seguir: **LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA IMÓVEL:** Apartamento situado à Avenida Adolpho de Vasconcelos, 145, Edifício Marambaia, apartamento 911, Condomínio Barra Sul, Barra da Tijuca, Freguesia de Jacarepaguá, nesta cidade, de acordo com a matricula de nº 81.408 do 9º oficio de Registro de Imóveis e inscrição nº 151697-5 (IPTU). Apartamento: Trata-se de apartamento com uma vaga de garagem, situado no Condomínio Barra Sul, com portaria e segurança 24horas. Prédio de construção antiga em alvenaria, com janelas externas em alumínio, portas em alumínio e vidro, possuindo quatro elevadores em cada coluna. No entorno do imóvel há transporte público urbano (BRT, ônibus, taxis), Shoppings, escolas privadas e públicas, bancos e etc. área edificada: 52M², idade: 1982. TERRENO: Está descrito, caracterizado e confrontando conforme consta nas certidões digitalizadas do 9º Ofício de Registro de Imóveis matricula já mencionado acima e que passam a fazer parte integrante deste Laudo. Assim considerando se sua localização, dimensões, área construída, padrão do logradouro e idade, AVALIO INDIRETAMENTE O IMÓVEL ACIMA DESCRITO E A CORRESPONDENTE FRAÇÃO IDEAL DO TERRENO EM R$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais). Rio de Janeiro, 01 de junho de 2017. Os possíveis débitos de IPTU, FUNESBOM e de condomínio serão informados até a data do leilão. **Sendo infrutífera a primeira praça, será feito a segunda praça no dia 12 (doze) de fevereiro de 2021 no mesmo local e horário pela melhor oferta acima de 50%, de acordo com o art.886,v, do CPC/2015. Para que os interessados tomem conhecimento deste edital, o mesmo foi afixado no local de costume, ficando assim os Réus intimados da Hasta Pública, por intermédio deste edital, suprindo assim a exigência contida no art. 887 do novo CPC/2015.** A arrematação Feito o leilão, lavrar-se-á de imediato o Auto de Arrematação ou Leilão (artigo 901, do CPC), devendo o valor apurado ser depositado imediatamente e colocado à disposição do Juízo, sujeito as penas da lei. Na forma do artigo 892, caput, do CPC, autoriza que possa ocorrer, alternativamente, o pagamento inicial (e imediato) de 30% (trinta por cento) do valor lançado, com a complementação no prazo de 15 (quinze) dias. Sendo efetuado o pagamento por cheque, o depósito será efetuado em até o dia útil seguinte ao leilão efetuado, à disposição do juízo. O devedor poderá exercer o direito de remição expressamente previsto no art. 826 do CPC até o momento anterior à adjudicação ou da alienação dos bens, com o pagamento de todos os débitos, inclusive despesas e comissão de leiloeiro, conforme abaixo indicado. EM HIPÓTESE NENHUMA SERÁ DEFERIDA TAL POSSIBILIDADE APÓS OS REFERIDOS MOMENTOS (artigos 902 e 903, do CPC) OU SE ADMITIRÁ REMIÇÃO PARCIAL PARA SUSTAR O LEILÃO. A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, sem prejuízo da reposição dos valores empregados para a realização das praças. Caso após os inícios dos trabalhos do leiloeiro ocorra a remição ou qualquer ato por conta do devedor ou credor que obste a consumação da alienação em hasta pública, caberá o pagamento de comissão no equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação por quem der causa (no caso de acordo, tal valor será pro rata), sem prejuízo da reposição das despesas. A venda se dará livre e desembaraçada, com a sub-rogação dos valores das dívidas, em especiais as tributárias, no preço, na forma do artigo 908, do CPC: os créditos que recaem sobre o bem, inclusive de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço, observada a ordem de preferência, atendendo-se ainda ao que consta no artigo 130, parágrafo único, do CTN. E 1% de custas de cartório até o máximo permitido por lei, serão pagas pelo arrematante. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2020. Eu, Luciane Santive Barbosa, __ Escrivão, mandei digitar e subscrevo. (Ass.) Mario Cunha Olinto Filho, MMO Dr. Juiz

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

B3 negocia quase um PIB em 2020

Alternativa para quem aposta na valorização de longo prazo

Segundo o levantamento, tendo em vista a estimativa do PIB para o ano passado (R$ 6,93 trilhões) e o volume financeiro movimentado na bolsa B3 no mercado à vista (R$ 6,45 trilhões), a relação foi de 93,1%. Já em 2019, a comparação foi de 52,0%, levando em conta o PIB de R$ 7,25 trilhões e o volume negociado na bolsa de R$ 3,77 trilhões. Para se ter uma ideia, em 1995, um ano após o Plano Real, este percentual era de apenas 6,7%.

O ano de 2020 teve o melhor registro histórico de negociações na bolsa brasileira versus o Produto Interno Bruto (PIB), conforme mostra estudo realizado pela Economatica, maior empresa de informações financeiras sobre a América Latina.

Isso significa que os brasileiros passaram a investir mais na bolsa de valores e, segundo o agente autônomo de investimento da VCorp Capital, Marcelo Estrela, esta situação se deve a dois principais fatores. "Um relacionado com investimentos e outro com a economia real. As pessoas têm percebido uma menor rentabilidade nos investimentos de renda fixa mais tradicionais e estão procurando alternativas. Compra e venda de ações é uma delas. Além disso, com a popularização dos investimentos em bolsa, mais pessoas têm preferido comprar ações de empresas listadas do que abrir o próprio negócio", explica.

Em termos práticos, considerando o serviço de frete e transporte de pequenas cargas para comércio, por exemplo, que foi uma das ideias de negócios mais buscadas em 2020 no site do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), abrir uma empresa neste segmento significaria, além do cumprimento das exigências legais, investimentos em insumos, estrutura, segurança, manutenção, qualificação e divulgação, entre outros fatores necessários para o bom funcionamento do serviço. Por outro lado, comprar fatias de um operador logístico terrestre que tem suas ações negociadas na bolsa de valores, a exemplo da JSL S.A, custaria menos de R$10.

"Antes a pessoa tinha dinheiro na poupança e resgatava para montar uma empresa, pedia dinheiro para parentes ou ainda pegava empréstimo. Boa parte do PIB do Brasil girava dessa forma, inclusive boa parte dos funcionários CLT's brasileiros são contratados por empresas desse porte.

Agora que mais de três milhões de CPF's conhecem a bolsa de valores, mais pessoas querem se ver sócias de empresas de capital aberto acreditando na sua valorização de longo prazo, bem como no aumento da sua capacidade de distribuir dividendos". Pela primeira vez o volume de compra e venda de ações está se equiparando ao PIB no Brasil. Nos Estados Unidos, o volume chega a ser de 4 vezes o PIB", destaca Marcelo.

Em 2021, mesmo com a perspectiva de que a taxa básica de juros volte a aumentar, o cenário não deve ser diferente. Isso porque esta crescente movimentação está diretamente relacionada com a visão a longo prazo. "Um estudo recente apontado também pela Economática aponta que 24 empresas de diversos setores distribuirão dividendos superiores a 2% do valor do preço da ação em 2021. Alguns desses setores são bastante palpáveis para o pequeno investidor, como é o caso do setor de vestuários. Mais vale comprar roupa para revender ou ser sócio de uma empresa listada na B3? Quanto mais popular a bolsa fica, mais ela fomenta a economia real", defende. O profissional acredita ainda que tal realidade vai impactar diretamente no agronegócio, já que mais empresas do setor devem abrir seu capital, permitindo a negociação de suas ações na B3. "Como temos uma vocação para esse segmento, veremos mais empresas do Centro-Oeste partindo para esse caminho ou acessando o mercado de capitais através de dívidas como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's)", afirma.

Avaliação independente de Governança corporativa

A governança corporativa passou a ser um critério de escolha para investimentos e parceria de negócios, o que tem levado não só as companhias abertas a buscar a excelência, mas também empresas de capital fechado a ampliaram seus investimentos na busca de maior transparência, assim como controle de riscos e outras políticas modernas de gestão, além das práticas de sustentabilidade.

A análise independente da governança corporativa tem se mostrado uma tendência. No Brasil, a BR Rating é a primeira agência de classificação de risco e avaliação dos sistemas de governança corporativa, aberta no final de 2020.

O grupo Cecil SA - Metalurgia de não-ferrosos, com fábricas em São Paulo e Santa Catarina, é a primeira empresa brasileira a obter sua nota de governança. "Nosso objetivo foi buscar um diagnóstico independente para entendermos em que momento está nossa governança e quais pontos devem ser aprimorados. A busca é pela excelência", explica a presidente do Conselho de Administração e CEO, Maria Antonietta Cervetto.

O resultado da avaliação é sigiloso e será utilizado como ponto de partida do planejamento estratégico do grupo que também pretende obter sua nota ESG junto à BR Rating. "A empresa tem mais de 50 anos de mercado, mas ainda é jovem quando se trata de práticas de governança. Instituiu o Conselho de Administração em 2017, mas já trilhou um caminho importante e mostrou uma qualificação elevada na nossa avaliação", ressalta o sócio-diretor da BR Rating, Ronald Bozza.

Petrobras quer 'encerrar' negociações com sócios chineses

A Petrobras planeja concluir neste ano negociações com sócios chineses para o desenvolvimento dos volumes excedentes do campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. A estatal também acena que poderia comprar a parte dos parceiros se "por ventura" eles quiserem vender, disse nesta quinta-feira o presidente Roberto Castello Branco. O executivo não detalhou como se encontram as negociações.

O bloco com volumes excedentes de óleo e gás do campo de Búzios, na região conhecida como cessão onerosa, foi arrematado pela Petrobras, com 90% de participação, em parceria com as chinesas CNODC e CNOOC (5% cada) em 2019.

Conforme a Reuters, as duas empresas precisam decidir valores a serem ressarcidos à Petrobras por investimentos já realizados no ativo, além de chegar a um entendimento sobre como será explorada a área —que contém reservas divididas com o campo já operacional de Búzios.

"É um ativo extremamente importante para a Petrobras e para o Brasil. É uma joia que a Petrobras tem. Custos e riscos baixos, enfim, todas as características e que classifico como um ativo de classe mundial", afirmou o executivo, ao participar de um evento online do Credit Suisse.

"Acreditamos que a nossa participação de 90% está ok. Se os chineses quiserem vender os 10%... ok, tudo bem, nós compramos e continuaremos a ficar felizes com a exploração do campo de Búzios", disse Castello Branco.

Americanas: negócios e financeiro resilientes

A Lojas Americanas S.A é uma das varejistas mais bem classificadas na carteira brasileira da Fitch Ratings, de acordo com o quarto relatório da série anual da agência de classificação de risco "América Latina Em Foco". A subsidiária B2W - Companhia Digital (B2W Digital) está classificada no mesmo patamar de sua controladora, devido aos fortes vínculos legais, operacionais e estratégicos entre as duas entidades, destaca a agência de classificação de risco.

"Americanas e B2W Digital apresentam um forte perfil de negócios consolidado, um longo histórico de fluxos de caixa operacionais resilientes em diversos ciclos econômicos, alavancagem líquida conservadora e forte liquidez", afirma a diretora Gisele Paolino. "A expectativa é que a rentabilidade das operações online, da Lojas Americanas, menor que a de lojas físicas, melhore à medida que o e-commerce ganhe escala e penetração no marketplace", ressaltou o relatório.

Bemobi Mobile Tech S.A.
CNPJ/ME nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85
Ata da Reunião do Conselho de Administração
realizada em 12 de janeiro de 2021
(Certidão de seu arquivamento na JUCERJA)
A ata acima mencionada, publicada no Jornal "Monitor Mercantil" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 14/01/2021, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme certidão abaixo: "Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certifico o arquivamento em 15/01/2021 sob o nº 00003999068. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral."

Bemobi Mobile Tech S.A.
CNPJ/ME nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85
Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12 de janeiro de 2021
(Certidão de seu arquivamento na JUCERJA)
A ata acima mencionada, publicada no Jornal "Monitor Mercantil" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 14/01/2021, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme certidão abaixo: "Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certifico o arquivamento em 15/01/2021 sob o nº 00003998994. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral."

Bemobi Mobile Tech S.A.
CNPJ/ME nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85
Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 28 de dezembro de 2020
(Certidão de seu arquivamento na JUCERJA)
A ata acima mencionada, publicada no Jornal "Monitor Mercantil" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 14/01/2021, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme certidão abaixo: "Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certifico o arquivamento em 15/01/2021 sob o nº 00003999069. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral."

EDITAL de **CITAÇÃO**, com o prazo de vinte dias. O MM Juiz de Direito, **Dr.(a ELIZABETH MARIA SAAD**, Juíza Titular do Cartório da **3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS, RJ, FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de **vinte dias** virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Rua General Dionísio, 764 Sala 203 - A CEP: 25075-095 - Centro - Duque de Caxias - RJ Tel.: 3661-9100 e-mail: dcx03vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** - Duplicata, de nº 0061674-57.2013.8.19.0021, movida por **CONTRATIL EMALAGENS LTDA** em face de **COMERCIO DE ALIMENTOS DANELE LTDA - ME,** objetivando **CITAR "COMERCIO DE ALIMENTOS DANELE LTDA - ME"** , terceiros interessados, CNPJ:28.694.412/0001-98, bem como eventuais herdeiros, sucessores, ausentes, espólio e demais interessados que se encontram em lugares incertos e desconhecidos. Assim, pelo presente edital **CITA** o réu **COMERCIO DE ALIMENTOS DANELE LTDA - ME,** que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer **CONTESTAÇÃO** ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado **CURADOR ESPECIAL** (art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Duque de Caxias, Um de Outubro de Dois Mil e Vinte. Eu, Matheus Julião Mello de Lima - Estagiário - Matr. 120000031274, digitei. E eu, Claudia Lemos dos Santos Barbosa - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/33029, o subscrevo.

INDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE CIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - INDUSCIMENTO
EDITAL DE C O N V O C A Ç Ã O
Pelo presente, ficam convidados todos os associados deste Sindicato para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária **VIRTUAL**, conforme autorizado pela legislação em vigor, no dia **09/02/2021**, ás 15:00 horas em primeira convocação e 15:30 horas em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte pauta: **1.** Análise e discussão da Pauta de Reivindicações da Categoria Profissional de 2021, recebida do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olarias de Cerâmica para Construção do Cimento, Cal e Gesso e de Artefatos de Cimento Armado do Município do Rio de Janeiro, **2.** Assuntos Gerais. Considerando a importância do assunto e o que representa para as indústrias do setor, contamos com sua presença ou de um representante legal de sua empresa. Rio de janeiro dia 29 de janeiro de 2021.
Marcelo Kaiuca – Presidente.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pelo presente, ficam convocadas as empresas representadas por este Sindicato na base territorial do Município do Rio de Janeiro, a comparecerem a AGE que se realizará no dia 05/02/2021, às 09:30 horas em primeira convocação, ou às 10:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1)- Tomar ciência da proposta de reivindicações apresentada pelo Sindicato profissional (SINDAUT); 2)- Discutir e aprovar uma contraproposta à ser negociada com o respectivo Sindicato; 3)- Discutir e aprovar a cobrança da Contribuição Assistencial em favor do Sindicato, para atendimento das despesas operacionais; 4)- Assuntos Gerais. As empresas se farão representar através de sócio, diretor e/ou gerente devidamente credenciado, na sede do Sindicato situada na Rua Senador Dantas, 71 sala 804 - Centro - RJ, onde será realizada a Assembleia.
Wilvandir Cunha Galvão de Lima
- Presidente -

AVISO AOS SENHORES CONDÔMINOS DO CONDOMÍNIO EDIFICIO FERNANDO MEDEIROS PARA USO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
O Condomínio Edifício Fernando Medeiros, inscrito no CNPJ sob o nº 01.241.852/0001-33, situado na Rua Conde de Bonfim nº 370, Tijuca, nesta cidade, Rio de Janeiro, CEP: 20520-054, por seu corpo administrativo eleito na AGO realizada em 11/09/2020, seguindo a deliberação que autorizou a venda do imóvel da unidade autônoma 604 parte integrante do Condomínio está com a presente assegurando a preferência dos condôminos na aquisição do imóvel, direito que deverá exercer dentro do prazo de **30 dias** contados da presente publicação. Deseja, pelo aludido imóvel, a quantia liquida de **R$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais), para pagamento à vista, avaliado através de PTAM (Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica). Em caso de empate, caberá a preferência ao condômino mais antigo. Não pesa sobre o imóvel em questão ônus algum, estando à sua disposição, para exame do título de propriedade, que poderá ser examinado nos dias úteis, de 10:00 horas às 17:00 horas na sala da administração situada na Cobertura do Condomínio promitente vendedor. Cientifico-o de que a não-manifestação dos comunheiros dentro do prazo supra deixará livre para aliená-lo a qualquer outra pessoa que venha a pretender adquiri-lo, quando então deverá ser marcado dia e hora para os futuros candidatos examiná-lo.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.
CNPJ/MF Nº 12.749.710/0001-06 - NIRE 33.300.295.623
Ata da AGE: 1. Data, Hora e Local: No dia 02/12/20, às 15h, na sede da Cia. **2. Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de convocação, conforme faculta o art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **3. Presença:** Presença da totalidade dos Acionistas da Cia., conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Composição da Mesa: Rogério Neves Dourado**, *Presidente*; **Felippe do Prado Padovani**, *Secretário*.**5. Ordem do Dia: (i)** Consignar a renúncia de membro efetivo e suplente do Conselho de Administração da Cia.; e **(ii)** Eleger membro efetivo e suplente do Conselho de Administração.**6. Deliberações:** As matérias constantes da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido aprovadas, por unanimidade dos presentes: **6.1)** A lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei 6.404/76. **6.2)** Consignar a renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, do Sr. **Genilson Silva Melo,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 98.254.089- IFP/RJ, CPF 077.794.337-90, conforme carta de renúncia datada de 15/10/20, JUCERJA em 02/11/20, sob o número 3960909. **6.3)** Tendo em vista a renúncia consignada no item 6.2 acima, eleger, como membro efetivo do Conselho de Administração da Cia., para cumprir o mandato que se encerrará em 09/05/21, o Sr. **Daniel Rizzotti de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 33.035.019-5 - SSP/SP, CPF 286.725.548-17, residente e domiciliado na Rua Elvira Ferraz, 250/705, Vila Olímpia/SP. **6.4)** Consignar a renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, da Sra. **Silvia Côrtes de Lacerda Ribeiro,** casada, advogada, CPF 082687437-19, RG OAB/RJ 117.009, residente e domiciliada no RJ. **6.5)** Tendo em vista a renúncia consignada no item. **6.4** acima, eleger, como membro suplente do Conselho de Administração da Cia., para cumprir o mandato que se encerrará em 09/05/21, o Sr**. Fábio Medeiros Junqueira Meirelles**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 061573101- IFP, CPF 588.233.606-68, com endereço comercial na Rua do Parque, 31, São Cristóvão/RJ. **6.6)** Tendo em vista a renúncia ao cargo de membro titular e Presidente do Conselho de Administração do Sr**. José Eduardo Quintella**, e a nomeação do Sr. **Rogério Neves Dourado** para o mesmo cargo, ocorridas em 23/07/20, eleger como membro suplente do Conselho de Administração da Cia., para cumprir o mandato que se encerrará em 09/05/21, o Sr. **Raul Ribeiro Pereira Neto**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 05457441-21 SSP/BA, CPF 506.070.655-91, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120/7º, Butantã/SP. **Declaração de Desimpedimento:** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos aceitam o cargo para o qual foram eleitos, tomando posse, por meio da assinatura dos respectivos termos de posse e afirmando, expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial de exercer a administração da Cia., e nem foram condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6.7)** Tendo em vista as deliberações acima tomadas, a composição do Conselho de Administração da Cia. será a seguinte: (i) Sr. **Rogério Neves Dourado**, Presidente do Conselho de Administração, tendo como suplente o Sr. **Raul Ribeiro Pereira Neto**; (ii) Sr. **Felippe do Prado Padovani**, membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como suplente o Sr. **José Manuel Boulhosa Parada**; e (iii) Sr. Daniel Rizzotti de Oliveira, membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como suplente o Sr. **Fábio Medeiros Junqueira Meirelles**. **7. Quorum das Deliberações:** Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reservas ou restrições. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a AGE, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **9. Assinaturas:** Mesa: **Rogério Neves Dourado**, Presidente da Mesa; e **Felippe do Prado Padovani,** Secretário; Acionistas: OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial, Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial, Odebrecht Properties Parcerias S.A., Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A., e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. RJ, 02/12/20. **Rogério Neves Dourado** - *Presidente;* **Felippe do Prado Padovani -** *Secretário*. Jucerja em 21/01/21 sob o nº 4001908. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Crédito chegou a 89,6% do PIB em 2020

Mesmo crescendo de 15,8% (R$ 6,6 tri), inadimplência ficou em 2,1%

Em 2020, o crédito ampliado a empresas e famílias cresceu 15,8%, situando-se em R$ 6,6 trilhões (89,6% do PIB), acelerando em relação à expansão de 2019, de 9,4%. Mesmo assim, a inadimplência do crédito geral atingiu 2,1% em dezembro, menor valor da série (-0,1 ponto percentual no mês; -0,8 p.p. no ano, ante estabilidade no ano anterior).

No ano, ocorreram reduções no nível de atrasos de pessoas jurídicas (-0,9 p.p.) e físicas (-0,7 p.p.), "parcialmente influenciadas pelas renegociações e prorrogações de dívidas que ocorreram no contexto da pandemia". Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo Banco Central que divulgou as Estatísticas Monetárias e de Crédito.

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), representando 33% do crédito ampliado, alcançou R$ 4 trilhões em 2020, crescimento de 15,5%, representando aceleração em relação aos 6,5% de 2019. O crédito a empresas atingiu R$1,8 trilhão, alta anual de 21,8%, ante -0,1% em 2019. O crédito às famílias situou-se em R$2,2 trilhões, crescimento de 10,9% no ano, de 11,9% em 2019. A relação crédito/PIB atingiu 54,2%, elevação anual de 7,2 p.p. Em dezembro, o crédito do SFN cresceu 1,6%, refletindo elevações de 1,7% em pessoas jurídicas e de 1,4% em pessoas físicas.

Pandemia

Segundo o BC, a expansão do crédito no ano foi influenciada pelas contratações destinadas a empresas de menor porte, devido aos programas de estímulo ao crédito lançados no segundo semestre para combater os efeitos da pandemia. A carteira de crédito a micro, pequenas e médias empresas expandiu 31,6% em 2020 (ante 6,7% em 2019). Nas grandes empresas, que tiveram contratações mais aceleradas nos três primeiros meses da pandemia, o saldo aumentou 16% no ano (-3,7% em 2019).

Em 2020, o saldo das operações com recursos livres alcançou R$ 2,3 trilhões, expansão de 15,2% no ano, após crescimento de 14,1% em 2019. O crédito livre a pessoas jurídicas alcançou R$1,1 trilhão, aumento de 21,1% no ano, acelerando em relação à expansão de 11,1% em 2019. Em 2020, destacou-se o crescimento expressivo da carteira de capital de giro, 46,3%, ante 4,8% em 2019.

Em dezembro houve expansão de 2,1% no crédito livre a empresas, com destaque para as operações de desconto de duplicatas e recebíveis, capital de giro maior que um ano e aquisição de veículos.

Nas pessoas físicas, o crédito livre atingiu R$ 1,2 trilhão em 2020, crescendo 10,4% no ano, de 16,6% em 2019. No mês, houve crescimento de 1,5%, sobressaindo-se as operações de cartão à vista, veículos e crédito consignado.

Crédito direcionado

O crédito direcionado atingiu R$1,7 trilhão em 2020, com elevação de 15,9% no ano, após retração de 2,4% em 2019, primeira elevação anual da carteira desde 2015, impulsionado pelos programas de crédito às empresas de menor porte lançados no segundo semestre. A carteira concedida a empresas atingiu R$ 689 bilhões em 2020, o que representou aumento de 23% ao ano, de contração de 14% em 2019, refletindo as contratações em outros créditos direcionados. Nas operações para pessoas físicas, saldo de R$1 trilhão, a variação anual atingiu 11,6% (6,6% em 2019), sustentado pelo crédito rural e imobiliário.

Juros

A taxa média de juros das contratações terminou o ano de 2020 em 18,4% a.a., recuo interanual de 4,2 p.p., após declínio de 0,3 p.p. em 2019. Em dezembro, houve redução de 0,3 p.p. O *spread* geral das taxas de juros das concessões situou-se em 14,5 p.p., também apresentando diminuição em 2020, 3,3 p.p., de redução de 1,2 p.p. em 2019. Em dezembro, o *spread* permaneceu estável, 0,1 p.p.

No crédito livre, a taxa de juros atingiu 25,5% a.a., diminuindo 7,9 p.p. no ano e atingindo o menor valor da série iniciada em 2011. Em dezembro, redução de 0,9 p.p. em relação ao mês anterior. No crédito às famílias, a taxa média atingiu 37% a.a. em dezembro, igualmente a menor da série, reduções de 9 p.p. em termos interanuais e de 1,2 p.p. no mês, destacando-se, em dezembro, a redução em crédito pessoal não consignado (-5,8 p.p.).

contratações com empresas, a taxa livre alcançou 11,7% a.a., representando redução de 4,6 p.p. em relação ao mesmo mês de 2019 e de 0,5 p.p. comparativamente a novembro, com destaque, no mês, para capital de giro acima de um ano (-0,8 p.p.). Excluindo-se as operações rotativas, a taxa média de juros do crédito livre situou-se em 20,3%, recuando 4,5 p.p. no ano e 0,7 p.p. no mês.

Poupança fez financiamento imobiliário crescer 57,5% em 2020

Levantamento da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), divulgado nesta quinta-feira, mostra que os financiamentos imobiliários com recursos da poupança cresceram 57,5% em 2020 na comparação com o ano anterior. Foram liberados R$ 124 bilhões em recursos Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) ao longo do ano passado.

A Abecip acredita que os financiamentos imobiliários com recursos da poupança continuem a crescer neste ano e alcancem os R$ 157 bilhões, uma elevação de 27%.

Em 2019, os financiamentos imobiliários feitos com recursos do SBPE somaram R$ 78,7 bilhões. O volume de crédito para aquisição de imóveis, concedido em 2020, superou os R$ 112 bilhões de 2014, que era o recorde até então.

Em dezembro de 2020, o financiamento imobiliário alcançou os R$ 17,5 bilhões, mais do que o dobro dos R$ 8,7 bilhões registrados no mesmo mês de 2019.

Do total liberado em crédito no ano passado, a maior parte – R$ 93,9 bilhões – foi usado na compra de imóveis, sendo 80% deles usados. Os R$ 30 bilhões restantes foram usados para a construção de novas unidades.

Segundo a agência Brasil, a associação também estima uma expansão do crédito imobiliário com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em 2020, os empréstimos a partir dos recursos do fundo chegaram a R$ 53 bilhões e, para 2021, a previsão é que o montante fique em R$ 56 bilhões.

Receita da Tesla cresce 46% no quarto trimestre

A Tesla, fabricante de veículos elétricos dos EUA, reportou que obteve US$ 10,74 bilhões em receita total no quarto trimestre do ano fiscal de 2020, um aumento de 46% ante o ano passado.

A montadora registrou US$ 903 milhões em lucro líquido não GAAP (princípios contábeis geralmente aceitos) para o trimestre encerrado em 30 de setembro, registrando um aumento de 134% ante o trimestre passado.

O caixa e equivalentes de caixa no quarto trimestre alcançaram US$ 19,4 bilhões, um salto anual de 209%. A receita para o ano inteiro de 2020 totalizou US$ 31,54 bilhões, um aumento de 28% ante o ano de 2019. O lucro bruto total da Tesla em 2020 foi de US$ 6,63 bilhões, um aumento de 63% ante o ano anterior.

A montadora entregou mais de 180 mil veículos no quarto trimestre de 2020, um aumento anual de 61%. Em 2020, a Tesla produziu e entregou meio milhão de veículos.

"Aumentamos a produção do Modelo 3 na China para mais de 5 mil carros por semana e começamos a produção do Modelo Y na giga fábrica de Xangai menos de um ano após o início da expansão, destacou.

De acordo com agência Xinhua, a giga fábrica de Xangai, na China, é a primeira fábrica da Tesla fora dos EUA. Ela entregou oficialmente ao público o primeiro lote de sedãs Modelo 3 fabricados na China no início de 2020. A Tesla começou recentemente a enviar veículos Modelo 3 da giga fábrica de Xangai para vários países e regiões da Europa e Ásia-Pacífico.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444